

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

Aos 13 dias do mês de setembro de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 62, de 19 de julho de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Deliberação sobre a admissibilidade das seguintes petições:**
 - **[Petição n.º 199/XV/1.ª](#) — Contra o Retrocesso na Arquitetura, da iniciativa de Avelino José Pinto de Oliveira e outros (3.079 assinaturas);**
Relator: A designar pelo GP do PSD
 - **[Petição n.º 205/XV/1.ª](#) — Pelo reconhecimento da profissão de “Médico Veterinário” como uma profissão de desgaste rápido (871 assinaturas);**
Relator: A designar pelo GP do PS
4. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, da Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre os problemas de gestão na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com carácter de urgência, da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministro da Economia e do Mar, sobre «a situação dos trabalhadores da Autoeuropa como consequência da decisão da empresa de suspensão da produção entre setembro e novembro de 2023»;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet.**
5. **Apreciação da proposta do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), que convida a Comissão a associar-se à realização do Fórum das Ordens Profissionais nas instalações da Assembleia da República;**
6. **Outros assuntos.**
Audições regimentais da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na 2.ª Sessão Legislativa.

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, começou por cumprimentar todos os presentes, aproveitando para saudar a Senhora Deputada Catarina Lobo (PS) pela sua primeira reunião como membro efetivo da 10.ª Comissão e dando nota que o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que se encontrava ausente em trabalho parlamentar, retomara



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

o mandato após suspensão, substituindo a Deputada Isabel Pires (BE). Nestes termos, passou-se de seguida à apreciação da ordem do dia, nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 62, de 19 de julho de 2023;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, na ausência dos Grupos Parlamentares (GP) do PCP e do BE.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A Senhora Presidente informou que haviam baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 871/XV/1.ª (BE) - Estabelece medidas de proteção dos trabalhadores que prestam trabalho no exterior durante a verificação de fenómenos meteorológicos adversos, incluindo temperaturas extremas, cujo relator será indicado posteriormente pelo GP do PSD; e o Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª (Cidadãos) - Alargamento da Licença Parental inicial, para o qual foi designada como relatora a Senhora Deputada Cristina Sousa (PS). A propósito deste último, assinalou que as Iniciativas Legislativas de Cidadãos (ILC) têm um regime próprio, previsto na Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que determina a obrigatoriedade de audição da Comissão Representativa dos Cidadãos Subscritores e que o PAR promove o agendamento da iniciativa para uma das 10 reuniões plenárias seguintes à emissão de parecer por parte da Comissão, que deve ocorrer no prazo de 30 dias. Com efeito, descontado o período de não funcionamento da Assembleia da República e da apreciação pública, o parecer sobre esta iniciativa deverá ser aprovado até à reunião da CTSSI de 4 de outubro, pelo que a audição da Comissão Representativa dos Cidadãos terá de ocorrer necessariamente em reunião anterior a 20 ou 27 de setembro.

À parte isso, deu também conta de que, desde a última reunião da Comissão, haviam baixado na especialidade a Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª (GOV) - Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais e a Proposta de Lei n.º 98/XV/1.ª (GOV) - Altera o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais abrangidas por associações públicas profissionais, que se encontravam em apreciação



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

no Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais, coordenado pela Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS), que inclusive já iniciara as correspondentes audições.

Por último, foi ainda comunicada a entrada do Projeto de Resolução n.º 843/XV/1.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que o Estado apoie a disponibilização de estágios profissionais para acesso a profissões autorreguladas, do Projeto de Resolução n.º 853/XV/1.ª (CH) - Recomenda ao Governo que altere as regras de inscrição nas creches aderentes ao programa “Creche Feliz” dando prioridade a crianças com pais trabalhadores e do Projeto de Resolução n.º 862/XV/1.ª (CH) - Apoio Financeiro aos Estágios nas Profissões Autorreguladas, tendo os respetivos proponentes transmitido que optavam pela sua discussão em Plenário.

3. Deliberação sobre a admissibilidade das seguintes petições:

- Petição n.º 199/XV/1.ª — Contra o Retrocesso na Arquitetura, da iniciativa de Avelino José Pinto de Oliveira e outros (3.079 assinaturas);

Relator: A designar pelo GP do PSD

- Petição n.º 205/XV/1.ª — Pelo reconhecimento da profissão de “Médico Veterinário” como uma profissão de desgaste rápido (871 assinaturas);

Relator: A designar pelo GP do PS

Ambas as petições foram admitidas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE, comprometendo-se o GP do PSD a indicar o relator da Petição n.º 199/XV/1.ª em momento posterior. Já para a Petição n.º 205/XV/1.ª foi designada como relatora a Senhora Deputada Ana Isabel Santos (PS).

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

a. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, da Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

b. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH para audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre os problemas de gestão na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

Começou por tomar da palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que mencionou que o requerimento do seu Grupo Parlamentar surgia na sequência da solicitação de julho, em que a CTSSI pedira ao Governo, por iniciativa do GP do PSD, informações sobre a auditoria externa à Santa Casa Global e a reavaliação dos



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

relatórios de gestão e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) relativos aos exercícios de 2021 e 2022, considerando que o documento enviado, após a prorrogação concedida ao Governo, não respondia ao demandado, donde era urgente ouvir quer a Senhora Provedora, que teria reconhecido que a situação era mais difícil do que esperava, quer a Senhora Ministra (MTSSS), que tem a tutela deste organismo e como tal a responsabilidade de explicar os dois anos sem homologação de contas.

Interveio de seguida o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH), que acompanhou o requerido pelo GP do PSD, notando que já havia apresentado anteriormente outro requerimento sobre o mesmo assunto, e realçando que a relevância da instituição em Portugal, reconhecida pela sua história centenária e pelo papel fundamental que tem desenvolvido na promoção do bem-estar social e no auxílio àqueles que mais necessitam, era incompatível com o rol de situações que têm sido noticiadas, designadamente: que o número de dirigentes da instituição cresceu 50% em seis anos; que para acomodar o número excessivo destes dirigentes e chefias, e a sua prerrogativa de estacionamento, a instituição esteja a pagar milhares de euros em avenças nos parques de estacionamento próximos; que a instituição tenha acumulado 72,1 milhões de euros de prejuízos em 2020 e em 2021 (estando as contas de 2021 ainda por homologar; que a Santa Casa esteja a ser alvo de "uma avaliação externa e independente (...) no âmbito do processo de internacionalização de jogos"; que a "SCML já investiu 20 milhões de euros em dois anos na internacionalização (Peru, Brasil, Angola e Moçambique), que ainda não gerou receita."; ou ainda, que, fruto da participação no resgate do Hospital da Cruz Vermelha, a instituição se encontre no limiar da falência. Pelo exposto, reputou de urgente a vinda da Senhora Ministra ao Parlamento para ser questionada sobre este tema.

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS), que estranhou que os GP do PSD e do CH não esperassem pela reapreciação das contas de 2021 e de 2022 para ter uma imagem mais concreta do que se terá passado, baseando-se apenas nas declarações mais recentes da Senhora Provedora, classificando de prematuro fazer qualquer juízo antes de estar concluída a avaliação externa e independente e de receber o relatório. Isto posto, alegando que a Senhora Ministra já dera respostas, quer em audição realizada para o efeito, quer ao



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

requerimento do GP do PSD sobre a documentação. Ainda assim, entendeu que já era possível constatar a redução abrupta das receitas do jogo durante a pandemia, acompanhada do aumento significativo das despesas, mormente no âmbito dos apoios sociais.

Não obstante, aventou que a Senhora MTSSS estaria seguramente sempre disponível para prestar os esclarecimentos necessários, reiterando a surpresa por não se querer aguardar pelo relatório final, já que os elementos chegariam na altura própria, e também que a situação não estava a ser escamoteada, sendo unânime que era indispensável acautelar o equilíbrio financeiro da SCML.

Ainda assim, anunciou que não se oporiam aos requerimentos em discussão.

Por sua vez, o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) manifestou a sua surpresa com o argumento de esperar pela emissão de relatórios para averiguar as responsabilidades políticas que poderiam estar em causa, indicando que o seu voto seria a favor.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) explicou que não punham em causa a transparência e a independência da avaliação, questionando, ainda assim, quanto tempo é que esta ainda duraria.

Por fim, submetidos a votação, o requerimento do GP do PSD foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE, enquanto o requerimento do GP do CH foi aprovado com os votos a favor do PS, do PSD, do CH e da IL e a abstenção do PCP.

- c. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com carácter de urgência, da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministro da Economia e do Mar, sobre «a situação dos trabalhadores da Autoeuropa como consequência da decisão da empresa de suspensão da produção entre setembro e novembro de 2023»;**

Dada a palavra ao Grupo Parlamentar requerente, a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) realçou que as consequências na atividade da Autoeuropa provocadas por uma falha no fornecimento de uma peça produzida na Eslovénia eram do conhecimento de todos, enaltecendo a importância da fábrica para o PIB português e para a região, bem como para as empresas externas que gravitam em seu redor e para as centenas de



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

precários que viam assim os seus postos de trabalho em risco. Desta forma, tendo em conta que o Governo estava envolvido em negociações com a empresa e com os representantes dos trabalhadores, afirmou que se devia clarificar o que pretendia fazer para que a Autoeuropa assumisse as suas responsabilidades, mormente sociais, daí o relevo de poder ouvir no Parlamento os dois Ministros sobre este tema.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Fernando José (PS), que assegurou que o PS queria ajudar a encontrar as soluções necessárias e também que o processo estava a ser acompanhado pelo Governo, em particular pelos Senhores Secretários de Estado do Emprego e da Economia. Nestes moldes, deu nota que votariam favoravelmente o requerido, sugerindo que o convite pudesse ser dirigido não aos Ministros, mas aos Secretários de Estado, que era quem vinha acompanhando o processo no terreno.

Por seu turno, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) declarou nada ter a opor às audições requeridas, advogando que deveriam ser chamados os Ministros que, caso o entendessem, se poderiam fazer representar pelos Secretários de Estado, no que foi acompanhada pelo Senhor Deputado Jorge Galveias (CH), que expendeu que era aos Ministros que cabia dar satisfações.

Tomando novamente da palavra, a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) resumiu que a audição dos Secretários de Estado em vez dos Ministros poderia passar pela rejeição do requerimento inicial e pela apresentação de um novo, de forma oral, ou em alternativa pela imediata convolação, optando por esta segunda hipótese, sem prejuízo de defender que os Ministros teriam mais cedo ou mais tarde de se pronunciar sobre este assunto.

Também o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) se assumiu favorável à vinda dos Ministros, aceitando que se fizessem representar pelos respetivos Secretários de Estado.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

Deste modo, foi aprovada por unanimidade, na ausência do GP do BE, a audição, com carácter de urgência, dos Senhores Secretários de Estado do Emprego e da Economia, com origem no requerimento em discussão.

- d. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet.**

Neste âmbito, usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), que salientou a nova tentativa de chamar a Senhor Ministra à Comissão sobre esta temática, ressaltando que a EasyJet substituíra trabalhadores de forma ilegal durante a greve dos tripulantes de cabine que durou entre 21 e 25 de julho, transferindo alguns da base de Lisboa para a do Porto. Questionada pelo GP do PCP sobre o assunto, a Senhora Ministra limitou-se a responder que encaminhara a pergunta para a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Assim, tendo em conta a ausência de soluções, apelou a que pudesse ser desta vez que a Senhora MTSSS prestava esclarecimentos na Assembleia da República, após nova audição do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), também demandada.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Fernando José (PS), que lembrou que não fora há muito que a Comissão recebera o SNPVAC, a EasyJet, a ACT e a Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), tendo esta última esclarecido que decorriam negociações diretas entre as partes e que nenhuma delas pedira que se passasse à fase da conciliação. Assim, e tendo em conta que a ACT interviera no decurso da greve, rematou que o GP do PS não via necessidade de ouvir a Senhora MTSSS e de receber novamente o SNPVAC.

Em sentido contrário, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) destacou que votaria a favor, já que alguns aspetos deste processo careciam de explicação.

De igual modo, e frisando que o seu Grupo Parlamentar votava conforme entendia justo e não por preconceito partidário, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) sublinhou que a situação na empresa se agravara, pelo que estas audições se justificavam.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) lembrou que as anteriores audições tiveram lugar em abril, há cerca de 5 meses, sendo esta agora uma situação nova e absolutamente ilegal, em clara violação da lei da greve, o que impunha que alguém do Governo respondesse ao questionado, já que se tratava da segunda maior companhia aérea a operar em Portugal.

Também em segunda intervenção, o Senhor Deputado Fernando José (PS) ressaltou que a ACT intervinha sempre que necessário e que por ora decorriam negociações diretas entre a empresa e os representantes dos trabalhadores, que não haviam solicitado, pelo menos por enquanto, que as mesmas pudessem ser assistidas. Finalmente, aproveitou para clarificar que 60% dos processos saíam da DGERT com acordo das partes.

Tudo dito, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do PCP.

5. Apreciação da proposta do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), que convida a Comissão a associar-se à realização do Fórum das Ordens Profissionais nas instalações da Assembleia da República;

A Senhora Presidente deu conhecimento da missiva que havia recebido do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) no sentido de a CTSSI se associar à realização do Fórum das Ordens Profissionais nas instalações da Assembleia da República, num encontro que permitisse reunir Deputados, em especial os que integram o Grupo de Trabalho - Ordens Profissionais, Bastonários e outros titulares de cargos associativos e dirigentes públicos na discussão, durante uma tarde, preferencialmente na segunda quinzena de setembro.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) sugeriu que o convite pudesse ser apreciado em reunião de Mesa e Coordenadores a agendar para a semana vindoura, clarificando-se ainda com o CNOP se pretendia que a Comissão se associasse à organização ou apenas participasse, indicando nomes de oradores para o evento.

Esta proposta não mereceu oposição de nenhum dos presentes.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

6. Outros assuntos.

Audições regimentais da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na 2.ª Sessão Legislativa.

No derradeiro ponto da ordem de trabalhos, foi divulgada a proposta de datas para as audições regimentais com a Senhora MTSSS na 2.ª Sessão Legislativa: a primeira na especialidade do processo orçamental e as restantes a 24 de janeiro, 3 de abril e 5 de junho de 2024. Não se verificou a oposição de nenhum Grupo Parlamentar, tendo o GP do PSD formulado o desejo de ver a Senhora Ministra cumprir o calendário preconizado.

Em segundo lugar, o GP do PS opôs-se a que pudesse ser discutido nesta reunião o requerimento do GP do PSD para a audição da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (ACPEEP) e da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) sobre a implementação do programa Creche Feliz, por o mesmo não ter sido apresentado com a antecedência mínima definida no Regulamento da Comissão (24 horas antes da reunião a que se reportava). A este respeito, o Senhor Deputado Francisco César (PS) argumentou que o requerimento entrara já depois das 15h de terça-feira e que admitir a sua apreciação naquele dia submetê-lo-ia a duas votações, tendo a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) redarguido que apenas se abordou a sua admissibilidade e, que se houvesse unanimidade, poderia ser debatido. Aproveitou para completar que o GP do PSD não dera entrada antecipada do requerimento porque as notícias sobre a temática, que disse ser urgente, se iam avolumando nos últimos dias.

Em conclusão, a Senhora Presidente constatou a pena com que via partir dois Deputados: a Senhora Deputada Rosa Venâncio (PS), que cessara funções em julho, e agora o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), que a partir de dia 15 de setembro regressaria à sua vida profissional. A propósito deste último, que conciliou a condição de Deputado com a Vice-Presidência da CTSSI, louvou a elegância, simpatia, sentido de humor e inteligência. O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) agradeceu a ajuda e a saudação, que considerou exagerada, elogiando a cordialidade e a afabilidade



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

demonstrada por todos, o que o surpreendeu, destacando o perfil da Senhora Presidente na condução dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de setembro de 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 63/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria De Fátima Fonseca (PS)
Lina Lopes (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Joana Mortágua (BE)
Hugo Maravilha (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Carvalho (PSD)
José Moura Soeiro (BE)